

Editorial

A falta que nos faz

Falar em segurança pública em nosso País chega a ser uma ironia, pois a triste realidade nacional nos impõe a discussão da insegurança pública. Não fosse assim, temas como a pena de morte, "justiçeiros" e linchamentos não estariam na ordem do dia. A quem cabe assegurar a ordem pública, a segurança da sociedade? Ao Estado, é claro, através de seus poderes constituídos: Executivo, Legislativo e Judiciário. O funcionamento ineficiente do aparelho policial, a crônica falta de estrutura e de verbas para o trabalho da justiça, faz por gerar na população um sentimento de total desproteção, dando margem a projetos bárbaros como o que pretende a pena de morte e a ações praticadas por cidadãos que quase nos fazem esquecer que vivemos em um mundo civilizado.

Por outro lado, é preciso que a sociedade organizada se mobilize para cobrar seus representantes, os responsáveis pela manutenção da lei e dar ordem. Não é possível que a única resposta que se oferece aos alarmantes índices de criminalidade seja "mais polícia". É sabido que o Estado policesco acaba por se voltar contra o cidadão. Se discute a criação de uma nova polícia a partir da fusão das polícias Civil e Militar, mas em um debate que passa ao largo da verdadeira questão. Trata-se da forma e não do conteúdo. A mais eficiente das polícias estará, desde logo, incapaz de garantir a segurança pública. Sem que o aparelho judiciário apresente uma performance de alto nível, pouco adianta a polícia. E o que falar então de nosso falido sistema penitenciário.

Na raiz de todos os males, o que não pode ser usado apenas como desculpa, está nosso atraso econômico, os flagrantíssimos desníveis na distribuição da renda nacional. Mas não é só isso, senão os países considerados ricos apresentariam índices próximos a zero no que diz respeito à violência e marginalidade, o que não é verdade. É preciso restabelecer o respeito das pessoas nas instituições, e essa é uma responsabilidade que pesa sobre os ombros das autoridades. O cidadão precisa estar certo de que ao sair de casa para o trabalho sua família e seu patrimônio não estarão em risco, pois caso contrário ele se arma, literal e psicologicamente, para a defesa do que lhe é caro. A pré-disposição para a violência é um problema complexo. Mas se não houver confiança, de nada adianta a ameaça policial.

Uma polícia eficiente, um judiciário mais ágil, modernizado e um sistema penal voltado à reclusão produtiva e à recuperação social. Este parece ser o caminho.

Frases

"Quando o vereador se vincula ao prefeito, a população sempre perde". Vereador José Antônio Rossoni (PRN) sobre a necessidade de independência do Legislativo.

"Mesmo que o governo tenha que pagar 70 milhões de cruzeiros para os deputados votarem as autarquizações em sessão extraordinária, fica muito mais barato ao Estado que ter que arcar com 25 milhões de ações trabalhistas que estão correndo contra as universidades estaduais". Do deputado Estadual Renato Adur, na Assembleia Legislativa.

"De maçãs, parece que passamos a discutir salada de frutas". Do deputado estadual Ernani Pudell (PT), sobre a intervenção de seu colega Neivo Beraldim (PMDB) que queria discutir transporte urbano intermunicipal quando o plenário estudava as autarquizações, que estavam em pauta. Logo depois da rejeição do pedido dos produtores de maçã para o governo retirar a fruta do anúncio sobre o cólera.

"O que a gente precisa é trabalhar mais neste País". Do diretor presidente da

Ingra S.A., Renato Höft, comentando a saída para a crise econômica brasileira.

"Não será o parlamentarismo que terá condições de tirar o País do atoleiro". Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro.

"Quando o vereador se vincula ao prefeito, a população sempre perde". Vereador José Antônio Rossoni (PRN) sobre a necessidade de independência do Legislativo.

EXPEDIENTE

O METROPOLITANO

Rua Xavier da Silva, 1044 - Centro
CEP 83.600 - Campo Largo - PR
Publicação da Gráfica Editora Campo Largo Ltda.
Diretor: Haroldo Wohl
Jornalista Responsável: Paulo Pedron (MTB nº 2539)
Editorial: Imprensa S/C Ltda.
Diagramação, composição e arte-final: Supermídia
Departamento Comercial:
Telefones: 292-2576 e 292-3293
Os artigos e opiniões publicadas neste jornal são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião de seus editores.

Deputado cobra solução para a falta de segurança pública



Para Martins, penitenciárias agrícolas melhorariam o sistema penal.

O deputado estadual Luiz Carlos Martins (PMDB) afirma que deve partir dos representantes dos poderes constituídos a iniciativa de abertura de uma ampla discussão sobre as necessidades de segurança da sociedade. Segundo o deputado, cabe ao Executivo, Legislativo e Judiciário a responsabilidade de atender aos interesses da população, que aponta a segurança como questão prioritária.

"A constante falta de segurança", diz Martins, "tem levado a população a descreditar das ações da Justiça e a cada dia cresce o número de pessoas que só vê solução na instituição da pena de morte, quando não na realização da justiça com as próprias mãos". Essas tendências, segundo Martins, são as provas mais evidentes de que as entidades representativas da sociedade não tem sabido, responder, aos anseios populares. "Estaria na instituição da pena de morte a solução do problema, ou seria essa preferência apenas o resultado da desesperança generalizada?" indaga o deputado.

Luiz Carlos Martins lembra que enquanto os meios de comunicação mostram, diariamente, o crescimento

da violência, aumenta na população o sentimento de insegurança. "E o que é mais incrível", afirma, "é que as autoridades não parecem estar sensíveis a esse sentimento, pois não se vê a apresentação de nenhuma proposta nova e a única providência que se anuncia é o aumento de efetivos policiais."

O deputado discorda daqueles que vêem nas dificuldades econômicas a única causa do aumento da violência, mas também não aceita a ação policial como forma exclusiva de se combater o crescimento da criminalidade. Para Martins, "a questão é muito mais complexa e se os governos não tratarem o assunto com a devida atenção ficará cada vez mais difícil alcançar uma solução que

traga de volta a esperança de paz."

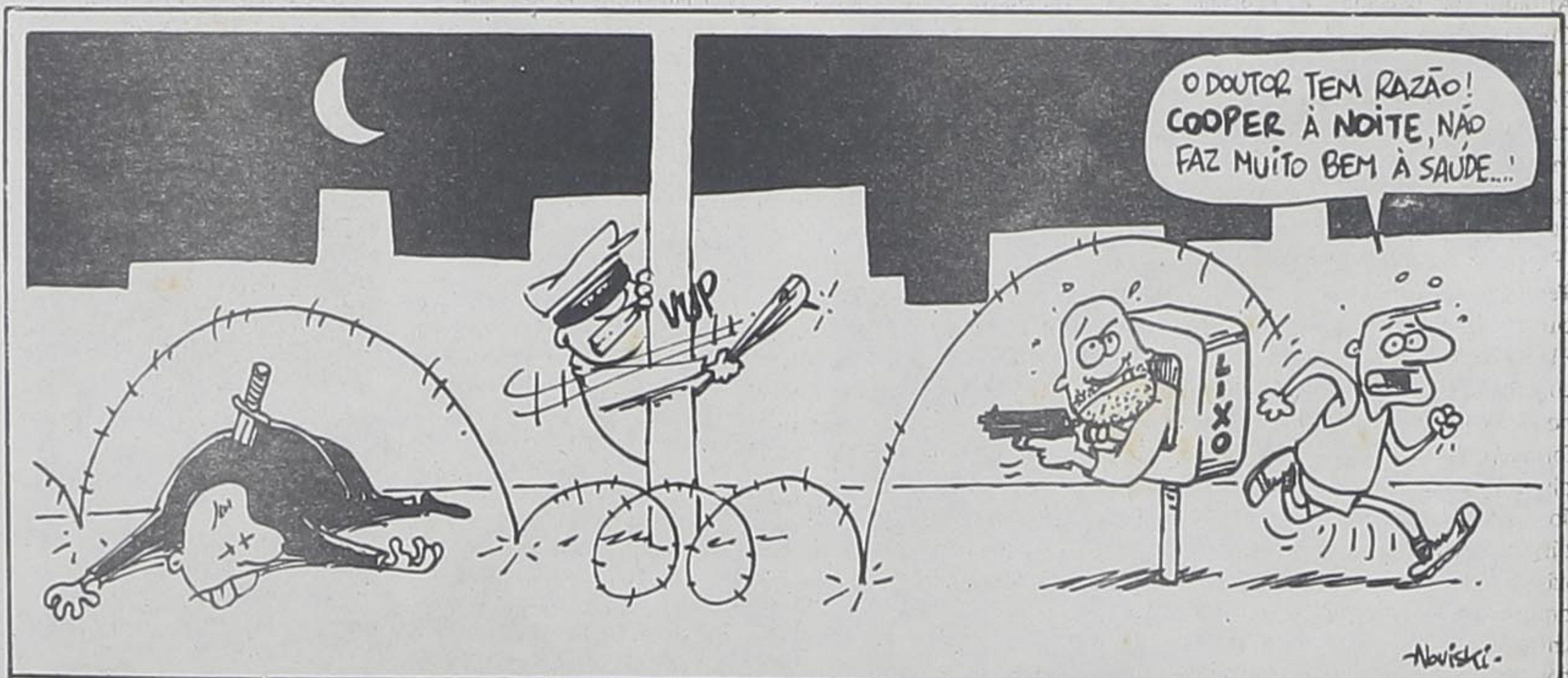
De acordo com Martins, a redução da criminalidade deve ser buscada com a adoção de medidas conjuntas, que combinem ações de prevenção através da polícia com providências punitivas, que vão requerer o aprimoramento do Judiciário e o reaparelhamento do sistema penitenciário do País. As pessoas, afirma o deputado, "podem ter uma certa sensação de segurança ao notar a presença da polícia nas ruas, mas isso parece se elas não perceberem que a aplicação e o cumprimento das penas judiciais estejam sendo levadas a risca."

As reclamações sobre o desaparecimento da Justiça, de acordo com o deputado,

do, são constantes e têm partido do próprio setor, ao passo que a fragilidade do sistema penitenciário não tem como ser negada ou disfarçada. "É aí", diz Martins, "que está o nó da questão, pois com Justiça ágil e penas rigorosamente aplicadas não há dúvida que conseguiremos reduzir os alarmantes índices de violência."

Para Martins, a população não entende porque o Brasil não tem penitenciárias agrícolas, isoladas dos núcleos urbanos, nas quais os detentos trabalhem para obter o próprio sustento e não sejam um peso a mais no orçamento dos contribuintes. "Hoje as casas carcerárias dividem espaços com áreas residenciais nas grandes cidades e marginais de alta periculosidade acabam convivendo no dia-a-dia das nossas famílias". Luiz Carlos Martins recorda que se tornaram comuns as reportagens mostrando rebeliões em presídios, que constantemente levam pânico às populações dos grandes centros. Ele ressalta que isso não aconteceria se os presídios estivessem localizados em regiões isoladas onde "os presos estivessem trabalhando para viver".

Luiz Carlos Martins lembra que enquanto os meios de comunicação mostram, diariamente, o crescimento



Vatapá

O presidente do PMDB de Campo Largo, Lucir Marchiori, e o líder do partido no Legislativo Municipal, vereador Ary Rivabem, mantiveram audiência com o presidente da Sanepar, Stênio Jacob, no último dia 24. Conversaram sobre o tal projeto que contará com mais de 260 milhões de dólares do BIRD para obras de saneamento na Região Metropolitana.

Segundo relato de ambos, a liberação dos dólares não está totalmente assegurada. Por enquanto, tudo é apenas projeto. A intenção é das melhores, mas até que as obras se efetivem "muita água poluída ainda vai rolar sob as pontes do Cambu".

Em que partido deve se filiar o prefeito Afonso Guimarães? A pergunta é pertinente, pois ele se encontra desligado de uma agremiação desde que deixou o PMDB para ingressar no PDT e depois desfilou-se para governar com o auxílio de vários partidos: PDT, PL, PTB e PSDB.

E por falar em prefeito, começam a circular rumores possíveis para a sucessão municipal. Entre os mais comentados, Emílio Stoco, Darci Andressa, Osvaldo Zotto, Rubens Gua-

rezzi, Darlei Parolin e Sergio Evers.

Zotto, aliás, encarregou-se de abrir a temporada sucessória, saindo de pau para cima do ex-prefeito Carlos Zanlorenzi, a quem acusou de corrupção.

A observação, muito válida, é do vereador Juares Botture: "Sempre que se aproximam as eleições municipais o clima esquenta na Câmara. O vereador, que está sem partido, condenado esta prática."

Tem gente enxergando contradição na atitude do vereador Ary Rivabem ao votar a polêmica doação de lenha ao CIME, finalmente aprovada pela Câmara. Ele reconheceu que o corte da lenha ficou mal explicado mas preferiu votar favoravelmente, "para beneficiar o CIME", pois foi presidente da Fundação João XXIII.

Rivabem e Andressa aproveitaram a última sessão do período legislativo para "lavar roupa suja". Andressa levantou o debate, foi muitas vezes apertado por Ary e só se deu por satisfeito quando lhe garantiram a iniciativa da homenagem ao padre Boleslau Liana. Quanto às outras reclamações, Rivabem disse que "o nobre

companheiro" não devia se deixar envolver por "fofoques".

O líder do PRN, Raul Negrão, teve aprovado pedido de informação ao Executivo. Negrão quer saber do prefeito quantos imóveis foram comprados ou permutados pela Municipalidade na atual gestão. Pediu cópia dos documentos relativos às transações (avaliações, escrituras, etc) e ainda das autorizações legislativas.

Para alguns vereadores o prefeito não depende de autorização da Câmara para comprar ou permutar bem imóvel, apenas para vender.

Os vereadores devem apreciar, extraordinariamente, projeto de lei de autoria do Executivo que doa uma área de terras do Município para a construção de casas populares. Engenheiros, arquitetos e construtores iniciaram um lobby para que a construção do conjunto habitacional seja delegada a empresas locais.

José Antonio Rossoni, do PRN, criticou na sessão do último dia 24, o vínculo de vereadores com o prefeito. Citando nominalmente Emílio Pianaro Júnior, Rossoni disse que quando

existe a vinculação "a população sempre perde".

Pianaro, como se sabe, é o líder do prefeito, e foi criticado por Rossoni por ter apresentado em sessão anterior alguns dados relativos à mortalidade infantil em Campo Largo, só que de 87. "São números falsos", argumentou Rossoni.

Quem trafega pela Barão do Rio Branco, no cruzamento com a Marechal, corre sérios riscos. É que o pessoal costuma entrar na contra-mão para garantir lugar no estacionamento do Supermercado das Esplanadas. Um perigo.

"Médico(a) Pediatra - Precisa-se, para contratação na Prefeitura Municipal de Campo Largo (Secretaria Municipal de Saúde). Fone: 292-2944, horário comercial". O texto acima foi publicado na edição do dia 23/06 da Gazeta do Povo, 10ª página. É de estranhar, pois recentemente o pediatra Carlos Marcel Lamógia (CRM 5223), foi demitido sem justa causa. Ele que nasceu e mora em Campo Largo, será que poderia voltar a oferecer seus serviços?

Perfil

Um padre de Campo Largo dirige a Pastoral da Juventude



"Reconheço que não sabemos trabalhar com o jovem que está fora da Igreja", diz o padre João.

Desde 89 o padre campolarguense João Batista Chemin responde pela assessoria eclesial da Pastoral da Juventude a nível da Arquidiocese de Curitiba, um trabalho que busca "dar ao jovem a consciência do seu compromisso dentro da sociedade, para sua transformação segundo os valores cristãos. Ver, julgar, agir e celebrar. Assim a pastoral trabalha, dentro da opção preferencial que a Igreja fez pelo jovem". Padre João considera que as pastorais são "hereditárias" das Ações Católicas, que tinham uma forte atuação na sociedade até 64, quando desmontaram-se. "Nosso trabalho é político - diz - mas de forma alguma partidário". Ele fala ainda de sua "vida de renúncia", sua formação e o papel desempenhado pela Pastoral da Juventude.

FORMAÇÃO

Padre João Batista Chemin nasceu em Campo Largo no dia 24 de junho de 58 (por coincidência esta entrevista não foi concedida no dia do seu 28º aniversário), filho de Arlindo (já falecido) e Pedrina Chemin. Entre 70 e 80 fez o 1º e parte do 2º e parte do 2º grau no Colégio Sagrada Família. Em 81, concluiu o 3º ano do Seminário Menor São José (Orleans/Curitiba). De 82 a 84 cursou Filosofia na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Paraná, e de 85 a 88 fez Teologia no Studium Theologicum, faculdade agregada à PUC/PR. Desde janeiro de 82, a convite do Arcebispo Metropolitano D. Pedro Fedalto, padre João é formador (professor e Diretor Espiritual) do Seminário Menor São José. Ele atua ainda na Pastoral Litúrgica, "ensinando que a Liturgia não é apenas um momento celebrativo, é a própria vida, a unidade entre vida e fé", explica. Atua também como professor universitário na Cúria Metropolitana e no Seminário Espediteico. Desde janeiro de 89, no entanto, seu tempo é quase que totalmente tomado pela função de "animador" da Pastoral da Juventude, envolvendo grupos em 132 paróquias, num universo superior a 40 mil jovens.

PASTORAL DA JUVENTUDE

"Desde Puebla, no México em 78 - diz padre João - a Igreja fez uma opção preferencial pelo jovem", e explica: "o jovem é herdeiro do passado, sujeito do presente, protagonista do futuro e peregrino do Reino de Deus". Dentro disso, a Pastoral da Juventude busca "trabalhar o jovem para que ele, na sociedade, defenda o bem comum, com referência na vida cristã". São trabalhadas nos grupos de pastoral três dimensões, "a psico-afetiva, que trata do ser social; a dimensão política, que visa dotar o jovem de senso crítico; e a dimensão mística, que trabalha a espiritualidade", explica padre João. A metodologia utilizada (Ver/Julgar/Agir/Celebrar) busca despertar o jovem para que ele assumia compromissos no

presente " como protagonista da história". No ano passado a Pastoral da Juventude completou 10 anos, e para padre João a definição do jovem como tema da Campanha da Fraternidade para 92 (Juventude e Fraternidade - Juventude, Caminho Aberto), "foi a nossa maior conquista". Na mobilização nacional para sensibilizar a CNBB, a Arquidiocese de Curitiba ficou em segundo lugar em volume de assina-turas coletadas.

EVOLUÇÃO PASTORAL

Até o golpe que instituiu a ditadura militar, a Igreja tinha um trabalho conhecido por Ação Católica (Ação Católica Operária, Ação Católica Universitária, etc.), "onde havia espaço principalmente para o jovem questionar a estrutura injusta da sociedade", diz padre João Batista. Depois, até início da década de 80, organizaram-se os vários movimentos católicos "que serviam apenas como um meio para o indivíduo se explicitar", conta. "O jovem é maioria na sociedade, é muitas vezes marginalizado, instrumentalizado, mas possui uma extraordinária abertura para o novo", diz padre João, "por isso é muito importante para a Igreja o papel desempenhado pela Pastoral da Juventude, representando uma evolução". O trabalho de pastoral é considerado ainda "muito recente", mas apresenta bons resultados. "Se a campanha de coleta de assina-turas para a CNBB, defendendo a juventude como tema para a Campanha da Fraternidade - diz o padre João - ao invés 13.200, conseguiríamos com certeza, umas 150 mil assina-turas". No entanto, é possível se localizar o "calcanhar de Aquiles". Segundo o coordenador da PJ, "não sabemos trabalhar com o jovem que está fora da Igreja. É difícil".

'CHAMADO DE DEUS'

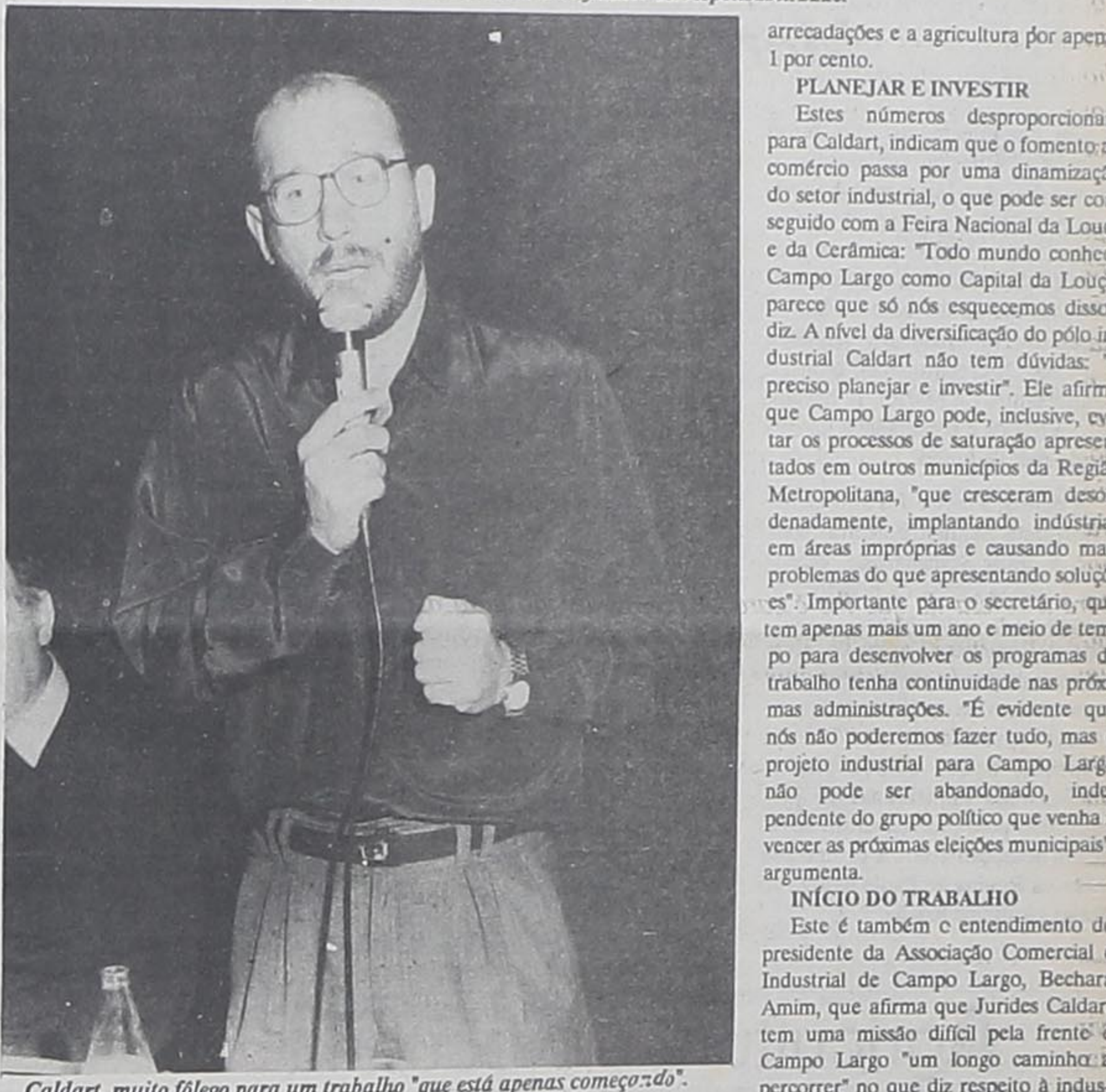
O que leva um jovem a decidir-se por entrar em um seminário e tornar-se padre? "É o mistério da fé", responde de imediato padre João. Para ele, buscando a melhor forma de explicar a vocação, no seu caso "nasceu na infância e desabrochou no auge da juventude". Uma decisão que foi aos poucos amadurecendo. Padre João argumenta que muitos ouvem o chamado de Deus, "mas a sociedade do ter, do poder e do prazer não permite a resposta". Padre João Batista Chemin foi ordenado diácono há três anos, no dia 24 de junho de 88, ordenando-se presbítero no dia 18 de dezembro daquele mesmo ano, em uma grande festa religiosa que teve lugar na Vila Olímpica, em Campo Largo, tal o volume de pessoas que participou. Para ele foi uma opção que implica "em uma vida de renúncia, um ideal que só será atingido como conquista do próprio espaço". Convidado a deixar um recado aos leitores, a juventude em especial, padre João escolheu um versículo da Primeira Carta de João (1 João - 2:14): "jovens, porque sois fortes, vencestes o mal".

Em busca do tempo perdido

Campo Largo já foi o município mais industrializado da Região Metropolitana, mas aquele tempo passou. Há pelo menos duas décadas o desenvolvimento alcançado por cidades como Araucária e São José dos Pinhais alterou o quadro. Jurides Caldart, empossado recentemente secretário municipal da Indústria e do Comércio, inicia um planejamento com o objetivo de reconquistar o terreno perdido. Em seus planos está a recuperação do slogan de "Capital da Louça", para que o pólo cerâmico volte a ter o papel de carro chefe da economia local, impulsionando outras atividades, abrindo espaços para que Campo Largo volte a ocupar um lugar de destaque entre os municípios industrializados. Ele sabe que não será fácil, pois os investimentos tanto públicos como privados andam escassos, mas acha que seu objetivo não é impossível. Entre seus planos imediatos está a realização da Feira Nacional da Louça e o "Natal Luz". São projetos já para o próximo mês de dezembro. "Estamos realizando um planejamento global, um trabalho que visa o município como um todo, e acreditamos que temos grandes chances de voltar à dianteira em industrialização na Região Metropolitana", diz Caldart.



Bechara Amim fala durante a posse de Caldart no início de junho: corresponsabilidade.



Caldart, muito flego para um trabalho "que está apenas começando".

Começar do zero. Esta a tarefa do secretário, que pensa grande mesmo sabendo que contará com pouco tempo para implementar seus projetos: "temos que pensar um planejamento industrial - diz Caldart - que vá além da atual administração, que tenha continuidade". As dificuldades são maiores ainda que se imagina. A própria Secretaria Municipal da Indústria e do Comércio ainda não está estruturada, é mais vontade política que realidade concreta, mas não falta ao secretário. No momento ele se ocupa da macro-organização de seu setor. "Estamos realmente começando. Acabamos de definir um convênio com a Mineropar para fazer o mapeamento geológico do município, com o objetivo de conhecer detalhadamente o perfil de nossas áreas disponíveis, para definir aquelas que são apropriadas a instalação de indústrias". Jurides Caldart sabe que para atrair investimentos para Campo Largo será preciso implantar uma infra-estrutura que hoje não existe, e sem a qual nada vai acontecer. "Há trinta anos Campo Largo não recebe uma empresa de porte", constata. Muito tempo foi perdido: "as administrações anteriores não planejaram, não previram as dificuldades atuais, e isso em uma época em que os investimentos ocorriam", queixa-se.

PROJETOS INICIAIS

Caldart, 34 anos, casado, ele próprio um empresário do setor da moveleira, entende que a atração de novos investimentos é um processo de forte concorrência com outros municípios, que, segundo ele, em alguns casos chega a ser "desleal". É o caso dos municípios paulistas que oferecem até isenção de ICMS para novos investidores, além de uma infra-estrutura já consolidada. Mas ele não se ilude com megaprojetos, ter superindústrias. "Nossa estrutura atual está toda voltada para as pequenas e médias indústrias. Esse é o nosso projeto, pois o município tem mais facilidades para oferecer as condições que este tipo de investimento exige. A princípio Caldart está abrindo contatos com possíveis parceiros em sua empreitada. "Estamos conversando com a área estadual de indústria e comércio, com o secretário Maurício Fрут, com a Associação Comercial e com a Federação das Indústrias do Paraná, enfim, com todo aqueles setores que são procurados por empresários que pretendem investir no Paraná, para atrair-lhos para Campo Largo". Para isso está sendo elaborado um folder contendo informações sobre a infra-estrutura disponível e as condições que o município pode oferecer aos empresários interessados, um material promocional, de marketing.

UMA FEIRA NACIONAL

Citando os exemplos de municípios como Gramado (RS) e Jaraguá do Sul (SC), Caldart afirma que Campo Largo precisa "achar onde ficou perdido o slogan de 'Capital da Louça'". Nos casos dos municípios que ele cita, todo o processo de fomento à indústria e ao comércio se deu através do incremento de uma ativi-

dade econômica principal, em Gramado os móveis e em Jaraguá a malharia. A Secretaria Municipal da Indústria e do Comércio prepara para o mês de dezembro a Feira Nacional da Louça e da Cerâmica, com duração de dez dias, em datas ainda a serem confirmadas, utilizando-se das instalações da antiga Cerâmica Parolin. "Nós queremos chamar a atenção para Campo Largo, atrair os consumidores e com eles os investimentos", diz Caldart. Esta feira reuniria os produtores em um único espaço, com possibilidades de receber, segundo estimativa do secretário, "entre 150 e 200 mil pessoas". Se a feira por si só já será um bom negócio, ela pode ainda "detonar" ainda um outro processo, conforme raciocina Caldart: "um volume desse de pessoas vai mostrar nossa deficiência em termos de hotéis e de restaurantes, e quem sabe alguém pode se sentir estimulado a investir neste setor".

"NATAL LUZ"

Outro projeto já definido e em andamento é o "Natal Luz", que se desenvolverá durante todo o mês de dezembro, em conjunto com a Associação Comercial e Industrial de Campo Largo, que já realiza tradicionalmente uma campanha de prêmios aos consumidores no período natalino. O projeto comercial inclui a colocação de portais luminosos nas duas principais vias de acesso à cidade (ruas Clotário Portugal e Padre Natal Pigat-

arrecadações e a agricultura por apenas 1 por cento.

PLANEJAR E INVESTIR

Estes números desproporcionais, para Caldart, indicam que o fomento ao comércio passa por uma dinamização do setor industrial, o que pode ser conseguido com a Feira Nacional da Louça e da Cerâmica: "Todo mundo conhece Campo Largo como Capital da Louça, parece que só nós esquecemos disso", diz. A nível da diversificação do pólo industrial Caldart não tem dúvidas: "é preciso planejar e investir". Ele afirma que Campo Largo pode, inclusive, evitá-los os processos de saturação apresentados em outros municípios da Região Metropolitana, "que cresceram desordenadamente, implantando indústrias em áreas impróprias e causando mais problemas do que apresentando soluções". Importante para o secretário, que tem apenas mais um ano e meio de tempo para desenvolver os programas de trabalho tenha continuidade nas próximas administrações. "É evidente que nós não poderemos fazer tudo, mas o projeto industrial para Campo Largo não pode ser abandonado, independente do grupo político que venha a vencer as próximas eleições municipais", argumenta.

INÍCIO DO TRABALHO

Este é também o entendimento do presidente da Associação Comercial e Industrial de Campo Largo, Bechara Amim, que afirma que Jurdes Caldart tem uma missão difícil pela frente: "o Campo Largo 'um longo caminho: a percorrer" no que diz respeito à industrialização. Para Amim, a disposição da ACIL e de manter "o canal aberto" como a Secretaria da Indústria e do Comércio, "auxiliando no que for possível, apontando possibilidades e sugerindo ideias para que possamos no mais curto espaço de tempo possível superar a gravíssima situação social gerada pelo desemprego em nosso município". Segundo Amim, os empresários locais entendem que este é apenas o início, "a sequência de um trabalho que não pode se limitar à atual gestão". O processo de escolha de Jurdes Caldart como secretário municipal e industrial, que por solicitação do prefeito Afonso Guimarães, "dentro de um determinado perfil", como explica Bechara, o indicou para o cargo.

PAVIFICADORA CONFEITARIA LANCHONETE

Baguette

Aceita-se encomendas para festas
Bolos - Doces - Salgados
Rua Centenário e Osvaldo Cruz,
Fone: 292-3335
Campo Largo - Pr

apiário camp

MEL SILVESTRE
Encomendas (041) 385.772 - Curitiba - Pr.
Estrada do Ceme, Km 11, Campo Largo

ACERVO HISTÓRICO
MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO - PR